



**AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO E O OLHAR INTERSECCIONAL  
ENTRE GÊNERO E RAÇA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

***FEMALE AFROENTERPRISE AND THE INTERSECTIONAL LOOK BETWEEN  
GENDER AND RACE IN THE UNIVERSITY EXTENSION***

***LA AFROEMPREDIMIENTO FEMENINA Y LA MIRADA INTERSECCIONAL ENTRE  
GÉNERO Y RAZA EN LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA***

Andressa de Sousa Santos Ferreira<sup>1</sup>

Iara de Oliveira e Oliveira<sup>2</sup>

Inamara Joice dos Santos<sup>3</sup>

Thalia Macedo Santos<sup>4</sup>

Vanessa Santos de Assis<sup>5</sup>

**Resumo:** O Afroempreendedorismo ou Empreendedorismo Negro é um movimento que cresce com o apoio coletivo, traço histórico do povo preto, que nos últimos anos tem assumido uma proposta decolonial, constantemente atravessado por questões interseccionais que dificultam a vida, sobretudo, da mulher negra empreendedora. Este artigo objetiva descrever os resultados alcançados em duas edições do Projeto de Extensão sobre afroempreendedorismo feminino, financiado pelo Programa Afirma, da Universidade do Estado da Bahia (PROAF/UNEB), observando as limitações e avanços, reiterados pelos relatos de experiência de alunas bolsistas. Importa destacar que foi utilizado a Interseccionalidade como método analítico fundamental nas duas edições do Projeto. Os resultados alcançados apontam incentivo ao domínio teórico e metodológico, protagonismo em trabalhos científicos, participação em eventos e ações extensionistas. Por sua vez, os relatos de experiência das bolsistas, estruturados por meio de um formulário autoinstrucional, revelaram o impacto que o letramento racial e o olhar interseccional causaram nas decisões profissionais, acadêmicas e pessoais das discentes e das

<sup>1</sup>Administradora, Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas. Doutoranda em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo, pela Universidade Federal da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4565-7562> E-mail: [andressa.ferreiras@hotmail.com](mailto:andressa.ferreiras@hotmail.com)

<sup>2</sup>Administradora, pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3590-2281> E-mail: [iaraeliveiraeoliveira@gmail.com](mailto:iaraeliveiraeoliveira@gmail.com)

<sup>3</sup>Graduanda em Administração, pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4590-4122> E-mail: [inajodas@gmail.com](mailto:inajodas@gmail.com)

<sup>4</sup>Graduanda em Letras, pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XXI, Ipiaú, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0443-1944> E-mail: [contatoliamacedo@gmail.com](mailto:contatoliamacedo@gmail.com)

<sup>5</sup> Administradora, Especializanda em Produção de Mídias para Educação Online, pela Universidade Federal da Bahia. Professora em Administração do Complexo Integrado de Educação de Ipiaú, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4409-3566> E-mail: [deassis.nessa@gmail.com](mailto:deassis.nessa@gmail.com)

já graduadas. Em suma, a educação para as relações étnico-raciais na extensão possui uma função formadora na articulação entre saberes e conhecimento de atrizes e atores envolvidos.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Afroempreendedorismo. Interseccionalidade.

**Abstract:** *Afroentrepreneurship or Black Entrepreneurship is a movement that grows with collective support, a historical trait of the black people, which in recent years has assumed a decolonial proposal, constantly crossed by intersectional issues that make life difficult, especially for the entrepreneurial black woman. This article aims to describe the results achieved in two editions of the extension project on female afro-entrepreneurship, financed by the Afirma Program (PROAF/UNEB), noting the limitations and advances, reiterated by the experience reports of scholarship students. It is important to highlight that Intersectionality was used as a fundamental analytical method in both editions of the project (CRENSHAW, 1989). The results achieved in public notice nº 64/2020, at the height of the pandemic, and in public notice nº 73/2022, in progress, point to an incentive for theoretical and methodological mastery, protagonism in scientific works, participation in events and extension actions. In turn, the scholarship holders' experience reports, structured through a self-instructional form, revealed the impact that racial literacy and the intersectional perspective had on the professional, academic and personal decisions of students and graduates. In short, education for ethnic-racial relations in extension has a formative function in the articulation between knowledge and knowledge of actresses and actors involved.*

**Keywords:** University Extension. Afroentrepreneurship. Intersectionality.

**Resumen:** *El afroemprendimiento o Black Entrepreneurship es un movimiento que crece con apoyo colectivo, un rasgo histórico del pueblo negro, que en los últimos años ha asumido una propuesta decolonial, constantemente atravesada por cuestiones interseccionales que dificultan la vida, especialmente de la mujer negra emprendedora. Este artículo tiene como objetivo describir los resultados alcanzados en dos ediciones del proyecto de extensión sobre emprendimiento femenino afro, financiado por el Programa Afirma (PROAF/UNEB), señalando las limitaciones y avances, reiterados por el relato de experiencia de las becarias. Es importante resaltar que la Interseccionalidad fue utilizada como método analítico fundamental en ambas ediciones del proyecto (CRENSHAW, 1989). Los resultados alcanzados en la convocatoria nº 64/2020, en pleno apogeo de la pandemia, y en la convocatoria nº 73/2022, en curso, apuntan a un incentivo para el dominio teórico y metodológico, protagonismo en trabajos científicos, participación en eventos y acciones de extensión. A su vez, los relatos de experiencia de los becarios, estructurados a través de un formulario autoinstruccional, revelaron el impacto que tuvo la alfabetización racial y la perspectiva interseccional en las decisiones profesionales, académicas y personales de estudiantes y egresados. En definitiva, la educación para las relaciones étnico-raciales en extensión tiene una función formadora en la articulación entre saberes y saberes de las actrices y actores involucrados.*

**Palabras clave:** Extensión Universitaria. Afroemprendimiento. Interseccionalidad.



## Introdução

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento diferenciador da Universidade Pública pautado na integração e na autorreflexão crítica da relação teoria e prática na educação contemporânea. Segundo Morin (2000), os Projetos de Extensão são estratégias de aproximação entre Universidade e Sociedade que contribuem para o desenvolvimento de uma consciência social, ampliando a participação cidadã e a formação profissional para a transformação social.

Por sua vez, o Afroempreendedorismo ou Empreendedorismo Negro é um movimento que cresce com o apoio coletivo, traço que é histórico do povo preto, trazendo uma nova vertente para uma dinâmica empreendedora já existente, mas com uma proposta decolonial para atender às demandas interseccionais que atravessam a vida do empreendedor negro e, sobretudo, da mulher negra empreendedora. Porém, por envolver diversos marcadores sociais a sua efetivação é sintomática de um país com raízes escravocratas e desigualdade econômica.

Algumas alternativas de estímulo ao segmento se apresentam como editais via fundações e instituições, além de políticas como a Lei estadual nº 13.208, de 29 de dezembro de 2014 (BAHIA, 2014), que instituiu o apoio público aos empreendedores negros e às mulheres na Bahia, e o Projeto de Lei nº 2538, de 2020 (BRASIL, 2020), que cria a política nacional do afroempreendedorismo, de autoria do Senador pelo Estado de Roraima, Telmário Mota, que tramitou no Senado Federal, mas não obteve apoio político para aprovação.

Esse resultado reforça a dificuldade enfrentada para o acesso às políticas públicas de fomento ao empreendedorismo. Dessa forma, a oportunidade de alavancar e profissionalizar os negócios se torna cada vez mais distante, assim como a transformação social e o desenvolvimento local, pois o afroempreendedorismo denuncia o racismo estrutural da sociedade brasileira em múltiplas dimensões que possuem como plano de fundo a colonialidade, conforme Santos (2019). A necessidade de fomentar e desenvolver o afroempreendedorismo existe porque, na prática, o empreendedor negro “[...] continua a vivenciar o preconceito, os obstáculos enfrentados como a dificuldade na conquista da credibilidade de fornecedores e cliente” (CAMPOS, 2028, p. 13), precisando recorrer ao empreendedorismo digital para facilitar os processos decisórios, bem como a consolidação da imagem empresarial.



Para amenizar as disparidades absurdas entre empreendedores brancos e empreendedores negros – que se torna mais problemático para as mulheres negras –, o afroempreendedorismo reforça um movimento de empoderamento que encontra muitos desafios para se afirmar. Moreira e Barros (2018) destacam que grande parte das mulheres negras possuem baixa escolaridade e investem com incertezas em atividades empreendedoras, quando comparadas com as mulheres brancas. Isto, no cenário de desigualdade de raça, gênero e classe existentes no setor empreendedor brasileiro, as colocam em um patamar de “inferioridade social”.

Alves e Fonseca (2021) confirmam a relevância da mulher negra na sociedade brasileira perante os desafios e escanteamento do mercado que resiste em reconhecer sua competência, o valor econômico da sua força de trabalho e seu poder de consumo. Por isso, ao estudar um fenômeno interseccional, através de um Projeto de Extensão em uma Universidade como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), combate-se a negação de uma realidade presente para entender e denunciar os desafios que mulheres negras enfrentam ao empreender. Assim, compreende-se como pergunta norteadora: Como os resultados alcançados pelo Projeto de Extensão têm contribuído para a autorreflexão crítica de pesquisadoras, mulheres negras, sob o olhar interseccional da realidade posta?

Tendo em vista esta indagação, este artigo objetiva descrever os resultados alcançados em duas edições do Projeto de Extensão sobre afroempreendedorismo feminino, observando as limitações e avanços, reiterados pelo relato de experiência de alunas que foram bolsistas. Isto é, este artigo tem como suporte dois Projetos de Pesquisa e Extensão financiados pelo Programa Afirma, vinculado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF/UNEB), edital nº 64/2020, sob título "Afroempreendedorismo feminino: um estudo sobre gênero e raça em Ipiaú-BA" e edital nº 73/2022, “Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo: uma metodologia facilitadora de acesso para empreendedoras negras nos municípios de Ipiaú e Guanambi-BA”

### **Entraves ao afroempreendedorismo para as mulheres e o olhar interseccional**

Frey (2000, p. 238) afirma que as políticas públicas são influenciadas “por uma variedade de fatores como as tradições nacionais e regionais, as estruturas políticas, o grau de desenvolvimento econômico, as ideologias, o treinamento cívico e a própria experiência da prática política”, que define o estilo adotado para determinada intervenção governamental, a



**Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 194-214, jul./dez. 2023.

DOI: 10.22481/recuesb.v11i20.13376

ISSN 2319-0566

agenda pública. A necessidade sempre atual da união da gestão pública e da iniciativa privada através de políticas públicas para promover diversos setores da sociedade é uma constante.

Por isso, importante na conjuntura institucional que subsidia as relações entre o público e o privado para a formulação de políticas públicas é a concepção ideológica governamental. Essas concepções são responsáveis pela não continuidade entre as ações positivas desenvolvidas por cada período de gestão devido às estratégias de governo ou partido e não de Estado. Nesse sentido, a ideologia é responsável pelo ajuntamento entre os agentes partícipes que formarão a conjuntura institucional (FREY, 2000). O problema é que esta matriz ideológica não possui o olhar interseccional para tratar as demandas de determinados grupos (CRENSHAW, 1989).

Confirma-se que a ideologia elitista, que comanda os interesses pós-coloniais, não coaduna com a emancipação da massa populacional, majoritariamente negra. A questão ideológica encontra respaldo como elemento analítico de políticas públicas nos estudos do teórico Peter John (1999), cuja abordagem ressalta a inserção das ideias e do conhecimento. O autor conceitua ideias “[...] como afirmação de valores, podem especificar relações causais, podem ser soluções para problemas públicos, símbolos e imagens que expressam identidades públicas e privadas, bem como concepções de mundo e ideologias [...]” (JOHN, 1999, p. 144).

Logo, quando se pretende analisar e discutir o Afroempreendedorismo, entende-se que uma ideologia antirracista é central na formulação de políticas públicas. Até então não existe uma política pública específica em esfera nacional. O empreendedorismo negro deve ser pensado para impulsionar e contribuir com o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, Ribeiro (2013, p. 258) ressalta que “[...] devemos considerar o direito ao trabalho como eixo central nas estratégias de promoção do desenvolvimento, e, no caso da população negra, promover oportunidades e capacidade [...]”, pois, os empreendedores negros enfrentam e convivem com o racismo estrutural em todas as esferas da vida, assim como no mundo dos negócios – situação mais acirrada quando a análise é interseccional, incluindo gênero (BILGE, 2020).

Sardenberg (2015, p. 58) preceitua que a interseccionalidade reconhece a complexidade da dinâmica das relações sociais, pois “[...] recortes de classe e raça reconfiguram as vivências de gênero e estas, junto às de classe, recortam a maneira em que homens e mulheres vivenciam o racismo e suas implicações, produzindo experiências muito distintas [...]”. Por esse motivo, direcionar a análise para as mulheres negras se torna um importante instrumento de validação



das lutas e intervenção da realidade, posto que socialmente atribui o último lugar às mulheres negras na escala de vulnerabilidade.

As discussões sobre a inclusão da mulher negra no mercado de trabalho sofreram grande influência com os movimentos do Feminismo Negro, marcado por lutas por inclusão, direitos, sobrevivência, resistência, na promoção e emancipação econômica, de acordo com Curiel (2020). A mulher negra assume papéis para além da ocupação profissional com dupla e tripla jornada de afazeres domésticos, cuidado da família e, ainda, convivendo com os maus tratos e a violência sexual e física. Todos esses aspectos reforçam estereótipos que estão impregnadas na sociedade e que foram ignorados pelo movimento feminista (SARDENBERG, 2015; DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2019; CURIEL, 2020).

Bilge (2020) avalia que a utilização da interseccionalidade como um paradigma para o feminismo negro consolidou o movimento. Curiel (2020) afirma que o feminismo na sociedade pós-colonial é resultado da luta de mulheres afrodescendentes e indígenas na busca da autonomia sobre seus corpos e do combate às relações de poder classista, racista, sexista e heteronormativa. Por as mulheres negras estarem inseridas na sociedade, alimentam um padrão de dominação e de vulnerabilidade socioeconômica, sendo refletida a desigualdade em todos os segmentos em que são minorias representadas em espaços de poder, com exceção do setor de serviços domésticos e cuidado.

Por isso, quando a mulher negra busca se inserir nesses espaços, traz consigo vivências marcadas por dificuldades, discriminação, mas também uma mudança na realidade e na estrutura da sociedade. Conforme Santos (2019, p. 65), ao empreender “[...] a mulher negra promove valorização da autoestima e independência econômica emancipação. Este movimento de emancipação impacta inclusive na percepção no lugar de fala da mulher negra no contexto socioeconômico e político [...]”.

Neste contexto, evidencia-se que uma parcela das mulheres negras tem despertado para a busca dessa transformação, mas o caminho é longo. Existe uma grande maioria que não tem a oportunidade nem condições (em múltiplas esferas) de desvincular-se do ciclo de dependência socialmente instaurado, àquelas que conseguem, criam espaços únicos de resistência, educação e criatividade, onde podem exercer o poder de se autorrepresentar e de intervenção política. Por essa razão, os negócios geridos por mulheres negras são tão necessários e disruptivos, diante de em uma cultura racista, sexista e anti-intelectual, por contestar o papel de antagonismo que a sociedade as impõe.



A tentativa de emancipação econômica da mulher negra via o empreendedorismo se configura mais como uma estratégia de resistência e afirmação, identidade e combate aos contínuos processos de silenciamento, por isso, incomoda presenciar, enquanto Administradora e Docente do Ensino Superior, bem como discentes da graduação, a omissão das abordagens administrativas, ao ignorar marcadores interseccionais de raça, gênero e classe nas análises socioeconômicas. A motivação que nos une é firmada na perspectiva de continuidade à luta do movimento negro que nos antecederam e abriram caminhos.

## **Metodologia**

Segundo Ander-Egg (1978, p. 28) pesquisa consiste em um “[...] procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento [...]”. A pesquisa nas ciências sociais aplicadas, por sua vez, traz um arcabouço positivista voltado para o estudo do indivíduo e da sociedade em âmbito científico. É a intervenção de pesquisadores na realidade estudada com rigor.

Ao apresentar os resultados do Projeto de extensão afroempreendedorismo na primeira edição e as políticas públicas na segunda, é possível descrever os resultados das pesquisas desde a exploração das vertentes teóricas às questões interseccionais da mulher negra empreendedora, por esse motivo, a abordagem da pesquisa foi qualitativa.

Importa destacar que nas duas edições do Projeto foi utilizado a Interseccionalidade como método analítico fundamental para compreender a realidade a qual a mulher negra empreendedora está inserida, por isso, em diversos momentos deste artigo, inclusive, nos resultados e discussão esse termo foi retomado. A interseccionalidade nasce da crítica ao feminismo, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), como método capaz de promover a “[...] criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

Diversas autoras do Feminismo Negro estadunidense e brasileiras (Audre Lorde, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Lélia González, Sueli Carneiro, Luiza Bairros) já trabalhavam esse tema de forma não nomeada, mas Crenshaw ganhou notoriedade por cunhá-lo. Logo, Interseccionalidade pode ser compreendida como “[...] uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto



pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros [...]” (AKOTIRENE, 2019, p.14).

No que diz respeito à técnica de coleta de dados, utilizou-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e questionário. Conforme Thiollent e Silva (2007), o procedimento da pesquisa bibliográfica e documental cumpre a demanda, enquanto fase inicial do trabalho, o ponto de partida. Então, o questionário consolida a comparação entre a teoria e a percepção das participantes. Por sua vez, as bolsistas responderam o *Google Forms* entre os dias 1 a 5 de julho de 2023, composto por 7 perguntas, sendo 1 para definir como a respondente gostaria de ser identificada no artigo – cada participante escolheu o nome de uma empreendedora negra inspiradora; 2 discursivas; 2 escalas linear, utilizando a referência numérica (1 a 5) para avaliar a percepção (pouco satisfeito a muito satisfeito); e 2 dicotômicas, com alternativas de sim ou não.

No que se refere à análise de dados, considerou-se pertinente a adaptação do método sistemático e a Análise do Discurso (AD). A forma de abordagem do material produzido nos relatórios finais e parciais (seis ao total – 2 finais e 4 parciais) exigidos pelo Programa Afirmar (PROAF) foi realizada com critério, ressaltando os aspectos mais relevantes, as fontes teóricas e suas contribuições e os resultados alcançados. Sobre a AD, foi construída especialmente para referir-se ao corpus empírico, experimental, que é o sentido atribuído ao resultado do questionário, neste artigo, respondido pelas bolsistas, para além da concepção do conteúdo exposto, conforme preceituam Caregnato e Mutti (2006).

### **Afroempreendedorismo em ação no projeto extensionista**

O Projeto de Extensão desenvolvido entre os anos de 2021 e 2022, financiado pelo Edital nº 064/2020 da PROAF/UNEB, foi dividido em dois subprojetos: 1. A análise de fatores interseccionais e entraves à atividade empreendedora no Brasil, através de pesquisa bibliográfica; e 2. Empreendedorismo feminino negro e marketing digital em Ipiaú-BA, com utilização de questionário cujo critério de inclusão da amostra foi a inserção do negócio no ambiente digital totalizando 18 afroempreendedoras.

Seguindo o cronograma das atividades, nos primeiros meses foram realizados ciclos formativos nos temas de interesse para a consolidação teórica das bolsistas e da professora orientadora. Foram realizados dois ciclos pela Plataforma *Microsoft Teams* com carga horária





de 30 horas cada. O primeiro ciclo trabalhou Interseccionalidade através das obras “Mulheres, Raça e Classe”, de Angela Davis (2016) e “Interseccionalidade”, de Carla Akotirene (2019); em cinco encontros entre 12 de maio a 16 de junho de 2021. No segundo ciclo que discorreu sobre (Afro)Empreendedorismo ocorreu entre 16 de julho a 10 de setembro de 2021 com um volume maior de leitura das obras: “Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios” de Peter Drucker (1987); “Empreendedorismo: transformando ideias em negócios”, de José Dornelas (2016); “Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro”, livro organizado por João Carlos de Nogueira (2013) e “O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e black money”, de Maria Angélica dos Santos (2019).

Em relação ao questionário, foi aplicado de forma autoinstrucional entre os dias 4 e 21 de setembro de 2021, os resultados convergiram com o que a literatura alerta. Os empreendimentos são iniciantes, todos por volta de 3 anos. Cerca de 56% dos negócios eram informais e 27,8% se enquadravam como Microempreendedor Individual (MEI). As mulheres negras que empreendem por necessidade totalizaram 55,6%. Quanto à motivação de investimento, 66,7% se inspiram em “ser dona do seu próprio negócio”. Para a metade das respondentes, o negócio é a única renda e em relação a apoio técnico, todas responderam que não recebem nenhum apoio estatal.

Com base nesses resultados, foi notório que as afroempreendedoras de Ipiaú-BA precisam do apoio público para formalizar e estruturar seus negócios, haja vista que nenhuma mulher negra havia sido beneficiada por políticas públicas existentes. Ainda mais se considerado que o município de Ipiaú, situa-se no interior do Estado da Bahia, a 355km da capital, com população majoritariamente urbana (91%) estimada em 45.922 habitantes (2020), sendo 66% negros (25.308 que se autodeclaram pardos e 5.162, pretos), segundo o recorte de cor/raça por classe de rendimento mensal (IBGE, 2010). Apesar de ser uma cidade de pequeno porte, é um importante vetor de desenvolvimento para cidades circunvizinhas. Fato que reitera a problemática vigente de empreendedoras negras não conseguirem explorar o potencial do negócio frente o mercado local, pois atuam embrionária e reativamente.

É importante destacar que todas essas produções foram transformadas em produções científicas, tanto para o cumprimento dos requisitos do programa financiador através de relatórios parciais e finais, como também integração acadêmica para as bolsistas por meio da submissão de artigos e resumos expandidos em eventos nacionais (FESP- SP e ENANPAD) e internacional (Congresso Mundo Mulheres - Universidade Eduardo Mondlane (UEM)), além



de participação em eventos virtuais de transmissão ao vivo no *Youtube*, *Instagram* e *Microsoft Teams*.

Dessa forma, foram realizadas algumas ações, como a roda de conversa “Afroempreendedorismo Feminino: o protagonismo feminino negro nos negócios” que aconteceu de forma síncrona pela plataforma *Google Meet* no dia 23 de julho de 2021, celebrando o Julho das Pretas, que reuniu empreendedoras, promovendo trocas de experiências e compartilhamento de conceitos interseccionais pelas bolsistas com uma linguagem informal e própria para o momento. Com produto da primeira edição do Projeto, foi produzido um manual digital de dicas e informações (*E-book*) de como empreender focado para mulheres negras, divulgado entre as respondentes da pesquisa e em canais digitais em acesso aberto.

O Projeto “Públicas de Fomento ao Empreendedorismo: uma metodologia facilitadora de acesso para empreendedoras negras nos municípios de Ipiauí e Guanambi-BA”, aprovado no segundo edital pleiteado, nº 73/2022, iniciado em setembro de 2022, ainda está em andamento e foi criado para dar continuidade à extensão universitária avançando no objetivo de fornecer informações para que essas mulheres negras se familiarizem com as regras que garantem o acesso a políticas públicas, dessa vez, ampliando a análise para a cidade de Guanambi-BA, *campus* da UNEB-DEDC XII. Assim, dois subprojetos, um por município.

Nesse sentido, também foi necessário um ciclo formativo sobre políticas públicas com carga horária de 30 horas que aconteceu entre 17 de março a 5 de maio de 2023 tomando como base o livro “Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências”, organizado por Mara de Oliveira e Sandro Trescastro Bergue (2012). Então, foram realizados levantamentos de políticas públicas federais, estaduais e municipais que contemplassem afroempreendedoras.

Em nível federal, o Projeto de Lei da Política Nacional do Afroempreendedorismo, Projeto de Lei (PL) nº 2.538 de 2020 (BRASIL, 2020), de autoria do senador Telmário Mota (PROS/RR), foi arquivado em 21 de dezembro de 2022, como impacto da descontinuidade do mandato do senador que perdeu as eleições em 2022. Dessa forma, não há discussão sobre a temática na esfera legislativa federal ou projeto em tramitação. Há ainda o PL complementar nº 215/2021 (BRASIL, 2021), criada pelo então Senador Fabiano Contarato (PT/ES) que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e tem como objetivo garantir que as instituições financeiras, através da concessão de crédito, garantam condições favoráveis para o financiamento a empreendedores e profissionais liberais autodeclarados negros.



Em nível estadual, a Lei nº 13.208, de 29 de dezembro de 2014 (BAHIA, 2014), que institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres, cujo objetivo é criar as condições para expandir a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empresas lideradas por negros e mulheres no mercado. No início do ano de 2023, foi criada uma linha de crédito voltado para empreendedoras chamada de Cred Bahia Mulher, a primeira linha de crédito que tem como beneficiários somente o público feminino dirigida pelo Governo do Estado, com facilitação de acesso, menor taxa de juros do mercado e carência para realizar o pagamento (BAHIA, 2023). Outra iniciava é o Acelerando seu Corre Bahia, um Projeto que fornece cursos e mentorias gratuitas a jovens, com idade entre 16 a 29 anos, e mulheres negras do estado da Bahia que são prestadores de serviços, empreendedores, artesãos e/ou querem abrir seu negócio (ILÊ AXÊ OYA, s.d)

Em nível municipal, a cidade de Ipiaú não possui uma lei ou projeto direcionada para empreendedoras negras, somente para público geral, como por exemplo o Projeto Cidade Empreendedora da Prefeitura Municipal de Ipiaú em parceria com o SEBRAE (IPIAÚ, 2018). Em Guanambi, a situação é similar, as ações se concentram no apoio aos empreendedores como a Casa do Empreendedor, criada em 2019, hoje chamada de Sala do Empreendedor. O Projeto Cidade Empreendedora não obteve continuidade no município (GUANAMBI, 2019).

Em relação à fase de levantamento e catalogação de dados sobre as empreendedoras negras e em Ipiaú e de Guanambi, pode-se atestar a dificuldade de acesso como um fator limitante, pois os dados com o olhar interseccional de raça e gênero são praticamente inexistentes nas prefeituras e em sites de órgãos oficiais como a da Junta Comercial. Os ofícios enviados para a gestão municipal requisitando os dados para as Secretarias Municipais da Fazenda não tiveram devolutiva positiva.

Logo, para maior celeridade devido o prazo do Projeto, atualmente está sendo utilizado o *snowball* (bola de neve), uma técnica de amostragem que usa redes de referência para encontrar o público-alvo através de apenas uma pessoa como ponto de partida que faz indicações e quando estas começam a repetir as mesmas indicações, considera-se encontrada a amostra. Coleman (1958/1959) defende que esse método deve ser usado quando as populações de análise são mais difíceis de encontrar. Nesse caso, por racismo institucional presente no preenchimento de formulários que alimentam a base de dados dos órgãos competentes.

Em todo o trajeto desse edital também foram realizadas ações extensionistas como a participação de docente e bolsista na comissão organizadora do evento Novembro Negro em



2022, do *campus* XXI da UNEB, além de apresentação de trabalhos no Encontro de Empreendedorismo, Gestão e Inovação (ENEGI), em junho de 2023 e, também, de trabalhos para o IX Congresso Baiano de Pesquisadores Negros(as), que aconteceu entre 26 a 28 de julho de 2023.

### **Relato de experiência das bolsistas**

Os resultados desse tópico reúnem as respostas das participantes que foram ou são bolsistas ao formulário aplicado e os relatos expressos em relatórios parciais e finais solicitados pelo Programa Afirmar. Importa ressaltar que ao estimular que as respondentes escolhessem a forma como seriam citadas nesta pesquisa, evidencia-se a aproximação necessária entre metodologias mais abertas e criativas às sujeitas da pesquisa, lembrando os princípios da Bricolagem, conforme Borba (1998). Dessa forma, os nomes de mulheres negras empreendedoras, em seu tempo, contexto e lugar, famosas e “desconhecidas”, escolhidos foram Luísa Mahin, Dolene Bajún, Nath Finanças e Sol Fibras.

Todas as participantes avaliaram a própria participação no Projeto de Extensão como muito satisfeita (nota 5), assim como também avaliaram com nota 5 a participação da professora na orientação do Projeto. Luísa Mahin destacou no relatório parcial da Edição 2 que a orientação da professora não se resume em verificar apenas os objetivos da pesquisa e trazer devolutivas sobre eles, “tem-se uma preocupação em abranger áreas correlatas e em desenvolver pesquisas que possamos divulgar o tema bem como incrementar o subprojeto de forma que enriqueça o debate e seja publicado para apoiar o Projeto e o AFIRMA como financiador”. Enquanto Sol Fibras sinalizou a importância do acompanhamento no processo de pesquisa para a execução da extensão universitária. Assim, destaca-se a importância da orientação no processo extensionista para consolidar o ensino, a aprendizagem e a difusão do conhecimento para além do cumprimento burocrático institucionalmente posto.

No relatório final de Nath Finanças, na Edição 1 do Projeto, ela destacou a relação saudável estabelecida e a representatividade, atribuindo à identidade racial a gênese de um ambiente propício ao acolhimento e aprendizado. Além disso, Nath Finanças sinalizou que a interseccionalidade foi um elemento diferenciador para a realização do Projeto. Luísa Mahin abordou essa questão no relatório da Edição 1 e agradeceu pela compreensão e apoio durante problemas pessoais e técnicos. Óbvio que os resultados devem ser apresentados, mas não pode



ser retirado de vista a finalidade formadora de cidadãs conscientes e críticas em uma sociedade capitalista que ignora questões como o adoecimento mental e as vulnerabilidades.

Sobre as relações na extensão universitária, é necessário enfatizar que no decorrer do Projeto surgiram intercorrências, situações inesperadas e até quadros de adoecimento mental, e enquanto orientadora, foi preciso gerir tais contingências. Ainda mais que o período da Edição 1 foi o mais delicado da Pandemia da Covid-19. Temas como saúde mental e qualidade de vida de universitárias/os merecem atenção. Segundo Reis, Cardoso e Costa (2023, p. 1) entre a comunidade discente da UNEB “a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) foi de 54,6%, sendo 44,4% predominantemente em mulheres. Na pesquisa, 10,2% da amostra apresentam ideação suicida e o escore geral da QV equivale a 59,44%”. Esses dados são um alerta para apoio em serviços psiquiátricos e psicopedagógicos.

A quarta pergunta inquiriu as respondentes se antes de participarem do Projeto de Extensão, elas tiveram contato com autoras/es negras/os em disciplinas ofertadas no curso de graduação e apenas Sol Fibras respondeu afirmativamente. Ou seja, 75% só foram apresentadas a teóricas negras, principalmente, no Projeto. Vale destacar que as que responderam negativamente são formadas ou estão em formação em uma graduação de Ciências Sociais Aplicadas que pouco integra temáticas raciais nas ementas e propostas de ensino. Sendo assim, todas afirmaram que participar do Projeto de Extensão foi uma ferramenta de letramento racial, na quinta pergunta.

Quanto às questões discursivas, a ideia foi repercutir sobre o impacto da participação das bolsistas no Projeto, seja na atuação acadêmica e/ou profissional. Por esse motivo, considerou-se original apresentar os relatos na íntegra, mantendo a grafia conforme o registro no formulário autoinstrucional. Dolene Bajún enfatizou que:

O Projeto me possibilitou um olhar crítico acerca das faltas de ocupações na academia e no âmbito empresarial de negros, e principalmente mulheres em cargos predominantes brancos, e através desse olhar e envolvimento tanto na pesquisa, quanto no mundo empresarial, encorajar e difundir conhecimentos sobre a importância de ocupar e estudar sobre nossa história. Além de gerar uma rede de apoio a nossa população (Dolene Bajún).

Na fala de Dolene Bajún, observa-se o quanto determinados temas estavam ignorados do seu olhar até a participação no Projeto e como alguns dos conceitos do afroempreendedorismo como o *stricto sensu*, de Santos (2019), foram incorporados à sua vida



ao retratar a importância da rede de apoio. Foi possível observar percepção semelhante na fala de Nath Finanças: “O Projeto me propiciou ampliar as vivências e conhecer sobre o Afroempreendedorismo e estudar autores negros de maneira direta. Ter uma nova visão sobre o empreender na vida das pessoas”. Sol Fibras destacou o desafio de trabalhar esse tema: “Está sendo enriquecedor para minha vida acadêmica, pois tive a oportunidade de expandir meus conhecimentos em uma área que eu não conhecia, pois não faz parte do meu campo de estudo”. Enquanto Luísa Mahin descreveu as mudanças sentidas na sua atitude perante à vida:

Desde a inserção no projeto de pesquisa, houve uma mudança significativa na minha postura frente às situações cotidianas de racismo e sexismo, na percepção das desigualdades de gênero e de raça dentro dos estudos e dos trabalhos científicos produzidos tanto no meu departamento quanto no curso de administração mas, sobretudo na possibilidade de me encontrar enfim em uma área de atuação que eu realmente me identifique e que nela possa, de acordo com o acúmulo construído, galgar mudanças na estrutura da sociedade já que faço parte de um coletivo que reivindica esse espaço na universidade e no âmbito científico (Luísa Mahin).

O relato de Luísa Mahin traz à tona mais uma vez o impacto do olhar interseccional para questões e problemas reais, intercruzando o racismo e o sexismo sob o enfoque do empreendedorismo. Investigar os fenômenos de forma interseccional amplia a análise e ajuda a compreender as causas, mas principalmente, caminhos para soluções possíveis. Outro ponto é a potencialidade da extensão universitária em dar sentido à atuação profissional.

Em se tratando de entender como as bolsistas pretendem aplicar ou aplicam os aprendizados na configuração de vida atual – pergunta que encerrou o formulário, Dolene Bajún, que já é formada, respondeu que:

Atualmente como professora, busco conectar assuntos da administração a temáticas raciais, com intuito de influenciar os adolescentes e adultos a buscarem mecanismos para desenvolvimento pessoal e profissional. Na academia venho buscado o mestrado para desenvolver uma consultoria e guia prático sobre estratégias de marketing digital para afroempreendedoras da cidade que resido, no sul da Bahia, Ipiaú, com o objetivo de alavancar o seu empreendimento (Dolene Bajún).

Dolene Bajún atua como professora substituta em cursos profissionalizantes e tem se destacado por empregar metodologias inovadoras em suas aulas e despertar discentes para diversas temáticas, inclusive as raciais e de gênero. Ela relatou o desejo de ser aprovada em



uma seleção para o nível mestrado e com a dissertação impactar a vida de afroempreendedoras na cidade em que mora – no dia 28 de julho de 2023, a Dolene foi aprovada no Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, da Universidade Federal da Bahia, com o Projeto que havia indicado no formulário.

Nath Finanças, que também já é graduada, afirmou como desejo: “Pretendo ajudar mulheres negras ampliar a visão e debates sobre empreendedorismo. E continuar estudando sobre a temática. Quem sabe um mestrado voltado para as finanças pessoais de mulheres pretas”. Sol Fibras respondeu que aplica os aprendizados na sua configuração de vida atual “Através de projetos e oficinas”; e Luísa Mahin sinalizou a vontade de trabalhar futuramente para a população negra empreendedora em nível institucional:

Pretendo aplicar os conceitos atuando em instituições que fortaleçam o objetivo de atender o público em que me estreitei no estudo aliado a continuação da pesquisa, propondo novas vertentes do conhecimento que retratem e levem instrumentos de aplicação e que estes sirvam de precedente para novas interpretações e melhoria contínua pelos afroempreendedores (Luisa Mahin).

Diante de todas os relatos apresentados pelas participantes, o Projeto de Extensão sobre o Afroempreendedorismo Feminino em suas duas edições promoveu impacto na vida das discentes que atuaram enquanto bolsistas do Programa Afirmar. Em uma construção de nuvem de palavras, restringido a 100 palavras (Gráfico 1), é possível observar os aspectos que confirmam este resultado.



**Gráfico 1: Nuvem de palavras sobre a aplicação dos conceitos e aprendizagens**



Fonte: Elaborado pelas autoras.

As palavras mais destacadas demonstram pretensões acadêmicas, profissionais e sociais de forma entrelaçada, um dos aspectos mais caros à extensão universitária, pois o momento em que a pessoa entende sua função na sociedade e no local em que vive, as chances de sua atuação profissional repercutir em transformação social são maiores. Outro aspecto que chama atenção é que o olhar interseccional está presente nesses objetivos presentes e futuros, jovens mulheres negras que pretendem dar enfoque a mulheres negras empreendedoras como público-alvo das suas ações. É de fato inovador e disruptivo.

## Conclusão

A educação para as relações étnico-raciais na extensão e na pesquisa possui uma função de destaque na articulação entre saberes e conhecimento de discentes, de docentes e do público-alvo em cada intervenção feita. É responsabilmente satisfatório que nessas trocas todos os saberes sejam respeitados e celebrados. Afinal, os sujeitos e as sujeitas da extensão e da pesquisa têm muito a ensinar também. O conhecimento científico e a sabedoria popular são complementares.

Nesse sentido, a Edição 1 do Projeto sobre Afroempreendedorismo Feminino teve como foco compreender a participação e interação com as empreendedoras negras de Ipiá. Foi o



**Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 194-214, jul./dez. 2023.

DOI: 10.22481/recuesb.v11i20.13376

ISSN 2319-0566



período, apesar do pico da Pandemia que impossibilitou ações presenciais, em que houve maior troca com as empreendedoras ipiaenses. Já na Edição 2, o foco maior versou sobre formulação, análise e avaliação de políticas públicas. Nas duas edições, o protagonismo das bolsistas foi notório e observou-se como a participação no Projeto impactou as decisões profissionais, acadêmicas e pessoais das discentes, validando o olhar interseccional.

Vale destacar a saúde mental no contexto da extensão universitária como um elemento que precisa ser abordado com maior responsabilidade e apoio institucional. Deve ser um compromisso entre conhecimento, produtividade e formação na relação docente-discente, com reflexão crítica e autoavaliação, uma parceria que possibilita a permanência discente na Universidade e que a habilita a experiências múltiplas, profundas e conectivas.

Ao longo do artigo, destacou-se a importância de desenvolver um Projeto extensionista que seja coerente a demandas reais, mesmo que durante o trajeto haja dificuldades aparentes e reais. Ao tempo em que foi possível observar a tomada de consciência racial, conhecimentos técnicos de gestão, aspectos legais e burocráticos de políticas públicas, manejo metodológico de múltiplas fontes de coleta de dados e maior integração entre as pesquisadoras e afroempreendedoras, elaboração de trabalhos científicos, participação em eventos regionais, nacionais e internacionais. Deste modo, cumpre-se o objetivo do artigo.

Projetos de Extensão como este confirmam o que Morin (2000) defendeu sobre as universidades brasileiras que precisam promover projeção e emancipação. Essas extensionistas tiveram a oportunidade de cultivar valores inerentes ao ser humano, reconheceram-se e reconheceram mães, tias, irmãs, amigas que empreendem e o fazem apenas na intuição, ultrapassando quando possível os marcadores sociais, com pouco ou nenhum apoio do Estado. O Projeto de Extensão, portanto, impactou discentes na democratização do saber.

Assim, este artigo pretende contribuir para o avanço do debate, somando esforços a demais pesquisadores e pesquisadoras que abordam o tema em universidades e centros de pesquisa. Os resultados esperados ao final da Edição 2 do Projeto é difundir uma metodologia que facilite a compreensão das mulheres negras ao acesso de políticas públicas que lhes são de direito e devem ser usadas para impactar a realidade individual, familiar e coletiva do território onde estão inseridas.



## Agradecimentos

Ao Programa Afirma pelo apoio financeiro às discentes bolsistas, vinculado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais (coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Elson Thales; FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e. Motivação do afroempreendedorismo feminino e a economia étnica: um levantamento em São Luís (MA). **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 16-29, jan./ abr. 2021.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las Técnicas de Investigación Social**: para Trabajadores Sociales. 7 ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BAHIA. Secretaria de Trabalho, Esporte e Renda - SETRE. **Governo do Estado lança linha de crédito inédita para mulheres empreendedoras**. Ascom/Setre. 2023. Disponível: <https://www.bahia.ba.gov.br/2023/04/noticias/credito/governo-do-estado-lanca-linha-de-credito-inedita-para-mulheres-empendedoras/> Acesso em: 18 jul. 2023.

BAHIA. **Lei nº 13.208 de 29 de dezembro de 2014**. Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres PENM. BAHIA: SECOM, 2014. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2014/12/noticias/igualdade/instituida-politica-estadual-de-fomento-ao-empendedorismo-de-negros-e-mulheres/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BILGE, Sirma. Panoramas recentes do feminismo na interseccionalidade. **Revista Escritas do Tempo**, v. 2, n. 6, p. 238-256, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1525/581> Acesso em: 25 jul. 2023.

BORBA, Sérgio da Costa. Aspectos do conceito de multirreferencialidade nas ciências e nos espaços de formação. In: BORBA, Sérgio da Costa (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 215, de 2021**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para dispor sobre prioridade e condições favorecidas na concessão de crédito para empreendedores e profissionais liberais negros. 2021. Disponível em:



**Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 194-214, jul./dez. 2023.  
DOI: 10.22481/recuesb.v11i20.13376

ISSN 2319-0566

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151402>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2538, de 2020**. Autoria: Telmário Mota. Institui a política nacional de apoio ao afroempreendedorismo. 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141891> Acesso em: 23 jul. 2023.

CAMPOS, Amanda Alves. **A valorização do negro no Brasil e o afroempreendedorismo**. 2018. 28 f. Monografia (Graduação em Administração) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1180/6/MONOGRAFIA\\_Valoriza%a7%a3oNegroBrasil.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1180/6/MONOGRAFIA_Valoriza%a7%a3oNegroBrasil.pdf) Acesso em: 23 jul. 2023.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2023.

COLEMAN, James S. Relational analysis: the study of social organizations with survey methods. **Human Organization**, v. 17, n. 4, p. 28-36, 1958/1959. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44124097>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução de Lídia Maria de Abreu Generoso. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 231-245, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2016. Disponível em: <https://fazendoacontecer.org.br/wp-content/uploads/2016/05/degustacao-emp6aed.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. Tradução Carlos Malferrari. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.



**Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 194-214, jul./dez. 2023.  
DOI: 10.22481/recuesb.v11i20.13376

ISSN 2319-0566

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158> Acesso em 20 jul. 2023.

GUANAMBI. **Projeto Cidade Empreendedora apresenta excelentes resultados e serve de modelo para outros municípios**. Guanambi: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2019. Disponível em: [http://guanambi.ba.gov.br/noticias/guanambi:\\_projeto\\_cidade\\_empreendedora\\_apresenta\\_excelentes\\_resultados\\_e\\_serve\\_de\\_modelo\\_para\\_outros\\_municipios-2118](http://guanambi.ba.gov.br/noticias/guanambi:_projeto_cidade_empreendedora_apresenta_excelentes_resultados_e_serve_de_modelo_para_outros_municipios-2118). Acesso em: 24 jul. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Censo 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ipiau/panorama> Acesso em: 10 jan. 2023.

ILÊ AXÊ OYA. **Acelerando seu Corre Bahia**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ileaxeoya.com/ascbahia>. Acesso em: 29 jul. 2023.

IPIAÚ. **Prefeitura e Sebrae implantam Projeto Cidade Empreendedora em Ipiaú**. 2018. Disponível em: <https://www.ipiau.ba.gov.br/noticia/113/prefeitura-e-sebrae-implantam-projeto-cidade-empreendedora-em-ipia>. Acesso em: 24 jul. 2023.

JOHN, Peter. **Analysing public policy**. Londres, Pinter. 1999.

MOREIRA, Greicy Juliana; BARROS, Dulce Elena Coelho. Mulheres empreendedoras, do terceiro mundo, multitarefadas. **Revista Letras Raras**, v. 7, n. 2, p. 321-337, 2018. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1547/1482> Acesso em: 30 jul. 2023.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

NOGUEIRA, João Carlos (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro**. Florianópolis, Atilênde, 2013.

OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Org.). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Dados eletrônicos. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

REIS, Renata da Cruz; CARDOSO, Berta Leni Costa; COSTA, Keyla Iane Donato Brito. Saúde mental e qualidade de vida de universitários. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 6, p. e14125, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/14125>. Acesso em: 21 jul. 2023.

RIBEIRO, Matilde. Empreendedorismo negro como forma de enfrentamento às desigualdades raciais. In: NOGUEIRA, João Carlos (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-**



**Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 194-214, jul./dez. 2023.  
DOI: 10.22481/recuesb.v11i20.13376

ISSN 2319-0566

**brasileiro:** desafios históricos e perspectivas para o século 21. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 247-264. Disponível em: [https://issuu.com/revistasustentabrasil/docs/iab\\_-\\_livro\\_miolo\\_web](https://issuu.com/revistasustentabrasil/docs/iab_-_livro_miolo_web). Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS, Maria Angélica dos. **O Lado Negro do Empreendedorismo** afroempreendedorismo e black money. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28014/1/Caleidosc%c3%b3pios%20de%20G%c3%aanero.pdf> Acesso em: 28 jul. 2023.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-100, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/888/1533> Acesso em: 27 jul. 2023.

Recebido: 04.08.2023

Aceito: 18.10.2023

Publicado: 09.12.2023



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



**Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 194-214, jul./dez. 2023.

DOI: 10.22481/recuesb.v11i20.13376

ISSN 2319-0566